Notícias do dia 17 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 34

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE-GO aprova contas de Caiado referentes a2020 5

RÁDIO DIFUSORA 95.5 FM GOIÂNIA - GO - GIRO DE NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas de Ronaldo Caiado 6

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Estado de Goiás referentes ao ano de 2020 7

GOIÁS EM DIA PORTAL - GERAL
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 8

GOIÁS AGORA - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas 10

SITE DA GRANJA - SÃO PAULO - SP - NOTÍCIAS
TCE - GO
A advocacia na era da informação 12

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Pleno do TCE aprova contas de 2020 do governador Ronaldo Caiado 14

NTH - NOTÍCIA TODA HORA - GO - PODER
TCE - GO
Contas do Governo de Goiás de 2020 são aprovadas sem ressalvas pelo TCE 15

PORTAL NETTO REIS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020 16

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
TCE-GO aprova contas de Caiado referentes a 2020 17

DIÁRIO DO ESTADO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Contas de Caiado referentes a 2020 é aprovada pelo TCE-GO 18

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 19

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020 sem ressalvas 21

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Contas do governo de Goiás são aprovadas pelo TCE sem ressalvas 23

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020 25

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 26

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
"Resultado mostra que estamos no rumo certo", diz Schmidt sobre contas aprovadas no TCE 28

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Pleno do TCE aprova contas de 2020 do governador Ronaldo Caiado, mas com ressalvas 30

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governador referentes ao exercício de 2020 31

CLAUDEMIR BRITO - TO - GOIÁS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas 32

DIÁRIO DITO E FEITO - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
TCE-GO aprova parecer pela aprovação sem ressalvas das Contas do Governador em 2020 34

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE promove debate sobre transporte coletivo da região metropolitana 36

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas. 37

JORNAL CONTEXTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Aprovadas sem ressalvas as contas do Governo de Ronaldo Caiado em 2020 39

NTH - NOTÍCIA TODA HORA - GO - CIDADES
TCE - GO
TCE realiza audiência sobre Transporte Coletivo na região metropolitana de Goiânia 40

O ANÁPOLIS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO aprova parecer pela aprovação sem ressalvas das Contas do Governador em 2020 41

PLANTÃO MORRINHOS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas 42

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Estado de Goiás referentes ao ano de 2020 44

POP TV NEWS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 45

PORTAL IMPARCIAL - BRASÍLIA - DF - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 46

TUDO OK NOTÍCIAS - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 48

BLOG DO ALTAIR TAVARES - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Contas do estado de Goiás, de 2020, são aprovadas pelo TCE 50

BLOG DF MOBILIDADE - BRASIL
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 51

BLOG DO BADIINHO - CATALÃO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020, sem resalvas 53

BLOG DO BADIINHO - CATALÃO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 55

TCE-GO aprova contas de Caiado referentes a2020

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) aprovou, nesta quarta-feira (16), com quatro votos, o relatório do **conselheiro** **Sebastião Tejota** pela aprovação das contas do governador Ronaldo Caiado (DEM) no exercício de 2020. Alguns dos conselheiros pediram ressalvas e o relator se dispôs a apreciar as propostas dos colegas e acrescentar ao parecer, que ainda não foi disponibilizado pelo tribunal.

Votaram com o relator os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e Helder Valim. Já **Kennedy Trindade** e Carla Santillo pediram a aprovação com ressalvas. Mesquita também havia proferido voto pedindo ressalvas, mas mudou de ideia ao ser convencido por Rech.

Único que disponibilizou o voto na íntegra na sessão virtual, Rech destacou que a melhora das contas do Estado se deve à suspensão do pagamento da dívida e à ajuda federal para combate à Covid-19. "Tais receitas são de caráter excepcional e temporário, incapazes de se sustentar a médio e a longo prazo", disse.

Apesar disso, pontuou que fazia esse destaque para "ressaltar a importância da necessidade de manutenção e ampliação das condições para que os resultados positivos alcançados sejam sustentáveis".

"Esta Corte vem apontando e alertando sobre os recorrentes déficits estruturais do Tesouro estadual. Portanto, mostra-se imperativo por parte do governo estadual o aprofundamento das ações visando ao alcance do equilíbrio fiscal", escreveu o **conselheiro**.

Relatório

No parecer prévio, o relator **Sebastião Tejota** pediu a aprovação das contas, mas fez algumas determinações e recomendações ao governo do Estado. Ele determinou, por exemplo, que, como o governo destina receita de impostos para os municípios e para o Fundeb, que faça auditoria na arrecadação e distribuição de tributos do Estado. Além disso, "apresentar os resultados ao **TCE**/GO e monitorar, junto ao Banco Centralizador, a regra de negócio para as transferências, a fim de se corrigirem eventuais distorções na sistemática de distribuição destes recursos."

Ele ainda determina que o governo conclua em 2021 as atividades atribuídas ao Grupo de Trabalho responsável pelo "Projeto Contabilização da Dívida Ativa". Além disso, o Estado deve concluir, junto com o Tribunal de Justiça de **Goiás**, os levantamentos e estudos necessários para identificar e conciliar valores utilizados por meio do recurso de depósitos judiciais.

Também foi identificado que houve quebra na Ordem Cronológica de Pagamentos (OCP). Por isso, o relator determina que isso seja ajustado neste ano. Com isso, o Estado também deve criar contas de controle detalhadas dentro de Obrigações por Competência para o registro em conta específica dos fatos contábeis, que incluem despesas sem empenho.

O **conselheiro** recomendou ao Estado que adéque a metodologia de cálculo para a apuração do excesso de arrecadação, "avaliando-o pela totalidade de recursos previstos para o exercício, na respectiva fonte, e não de forma parcial como na atual sistemática de apuração". Isso porque, entre as falhas encontradas pelo relator, estava a abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação real, sem a efetiva existência do recurso.

Agora, o **TCE** deve disponibilizar o relatório final com a aprovação de contas, contemplando as modificações solicitadas pelos conselheiros. O passo depois disso é a votação do parecer na **Assembleia Legislativa de Goiás**.

Sebastião Tejota, relator, apreciação de ressalvas levantados por colegas

Site: https://www.opopular.com.br/digital/17-junho-2021/1o-caderno

TCE aprova contas de Ronaldo Caiado

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do estado de Goiás** dá voto favorável às contas de Ronaldo Caiado.

TAGS: Ronaldo Caiado, **TCE**-GO, Secretaria de Economia de **Goiás**.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2021/06/17/RDIODIFUSORA955FMGOINIAGO-17.46.40-17.48.15-1623965300.mp3

TCE aprova contas do Estado de Goiás referentes ao ano de 2020

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, nesta quarta-feira (16), o Balanço Geral do Estado de **Goiás** do ano de 2020. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária de Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia. Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", ponderou.

No que diz respeito às seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais", que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. "As questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço", frisa.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** aponta que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado, "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://diariodegoias.com.br/tce-aprova-contas-do-estado-de-goias-referentes-ao-ano-de-2020/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

´A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante´, afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. ´O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa´, destaca. ´Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz´, pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. ´Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite´, informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

´Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado´, afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são ´questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, ´as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço´.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que ´desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019´.

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado ´mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o

cumprimento dos limites fiscais´, fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://www.goiasemdia.com.br/noticias/3372-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas

TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas

Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o

cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Fonte: Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site: http://www.goias.gov.br/servico/84-gestao/125227-tce-aprova-contas-do-governo-em-2020,-sem-ressalvas.html

A advocacia na era da informação

17/06/2021

O Direito tem a função de manter a pacificação social por meio da resolução dos conflitos que surgem nas mais diversas relações sociais, sejam: trabalhistas, empresariais, consumeristas, familiares dentre outras.

A via de acesso mais conhecida pela sociedade para a busca de soluções aos conflitos das relações e negócios interpessoais é o Poder Judiciário e seus atores, os quais, temos a figura essencial do advogado.

O advogado é o instrumento/ferramenta que qualquer pessoa, seja natural ou jurídica utilizará para a defesa de seus interesses perante terceiros, por esta razão, a própria Constituição Federal de 1988 definiu em seu artigo 133 que " o advogado é indispensável à administração da justiça".

Contudo, a sociedade é dinâmica e a própria ciência jurídica e os respectivos profissionais que atuam na área devem acompanhar esse dinamismo, por exemplo: os processos começaram físicos e hoje são digitais.

Atualmente se fala em Advocacia 4.0 e 5.0 mas, o que são esses termos e como a atuação do advogado se alterou na era informação?

Primeiramente, destaco um sistema que já existia, porém, praticamente não era utilizado, mas que, ganhou força nos últimos anos, que é o chamado "Multiportas", ou seja, o Poder Judiciário não é o único meio de resolução de conflitos sociais que são denominados como MARCs (Meios Alternativos de Resolução de Conflitos) , tais como: arbitragem, conciliação, mediação, negociação.

O avanço dos MARCs é a primeira mudança no exercício da advocacia e que exige que o advogado deixe de ser um profissional exclusivamente litigioso e passe a ter uma conduta mais negociadora, com uma avaliação de cada caso concreto para identificar que porta desse sistema irá utilizar.

Outra mudança importante é o comportamento do cliente. Na era da Advocacia 4.0/5.0, o cliente está mais exigente e informado, lógico que pode ocorrer de muitas informações serem desconexas devido a facilidade de postar conteúdo na Internet sem uma verificação. Contudo, mesmo assim, esse comportamento do cliente é uma oportunidade para o advogado 4.0/5.0 se destacar e realmente utilizar as tecnologias a seu favor e apresentar seu diferencial, deixando de ser simplesmente a ferramenta jurídica e se tornando um parceiro de negócios de cada cliente.

A advocacia 4.0/ 5.0 nada mais é, inserindo em termos informais, do que o alinhamento entre o Direito e a Tecnologia, inclusive com a inteligência artificial, permitindo ao advogado otimizar seu tempo com softwares jurídicos, por exemplo para atividades administrativas, tarefas de acompanhamento e controle de prazos, pesquisas jurídicas, dentre outras.

Com isso, o profissional terá a oportunidade de se aprimorar e se aperfeiçoar na sua principal tarefa que é a intelectual, ou seja, o pensar no problema de seu cliente e buscar as melhores teses jurídicas na defesa dos interesses potencializando as chances de sucesso em cada demanda.

A pandemia da Covid-19 que estamos vivenciando demonstrou a necessidade da utilização em massa dessas ferramentas tecnológicas, pois, muitos advogados adotaram consultas virtuais por meio de aplicativos como: Google Meet, Microsoft teams, ZOOM. O próprio Poder Judiciário adotou a forma de trabalho remoto para que os processos continuassem com seus trâmites regulares. Os juízes adotaram, as mesmas plataformas citadas para a realização de audiências.

Em junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) apresentou o robô chamado "Victor" que é uma ferramenta de inteligência artificial (IA) utilizada por este tribunal com a finalidade de reduzir a quantidade de processos que aguardam julgamento nos tribunais de todo país.

O robô Victor foi desenvolvido pelo setor de TI do STF em parceria com a Universidade de Brasília e sua principal função é ler os recursos que chegam a Corte e identificar, com acerto previsto na faixa de 95%, se são realmente casos que cumprem os requisitos legais para serem realmente julgados pelo STF ou se são casos de devolver os processos aos tribunais/juízes de origem para uma eventual fase de cumprimento, por exemplo.

O nome Victor foi uma homenagem a Victor Nunes Leal, ministro do STF de 1960 a 1969 e principal responsável pela sistematização da jurisprudência daquela corte em súmulas.

Dentro desse cenário, conclui-se que a Advocacia 4.0/5.0 é revolucionária e exige de todos os atores da Justiça, mas, principalmente dos advogados e advogadas atuantes no país, uma mudança de comportamento na forma de exercer a profissão, fazendo uso correto e ético tanto das tecnologias existentes como daquelas que surgirão no decorrer dos próximos anos.

Com o avanço das tecnologias exigirá maiores regulamentações e caberá ao advogado defender os interesses daqueles que tiverem prejuízos, seja de ordem material ou moral, por terceiros que pratiquem abuso de poder com uso da tecnologia de forma indiscriminada ou nociva à sociedade.

Juliana Milani Simeão, Advogada, OAB/SP n° 441.993 / Pós-graduanda em Direito Digital pela EBRABI/SP.

(Referencias: https://portal.tce.go.gov.br/-/inteligencia-artificial-chegou-ao-stf-com-victor)

Site: https://granjaviana.com.br/noticia/a-advocacia-na-era-da-informacao

Pleno do TCE aprova contas de 2020 do governador Ronaldo Caiado

O **conselheiro** do Tribunal das Contas do Estado, **Sebastião Tejota**, apresentou voto favorável à aprovação das contas do governador Ronaldo Caiado, referentes ao ano de 2020, mas com a expedição de algumas determinações e 8 recomendações. Entre elas, adequar a metodologia de cálculo para a apuração do excesso de arrecadação, e em razão do apontamento sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL, excluir da base de cálculo as receitas de serviços do Ipasgo

Ouça mais na matéria de Pedro Paulo Couto.

Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/pleno-do-tce-aprova-contas-de-2020-do-governador-ronaldo-caiado-1.2269302

Contas do Governo de Goiás de 2020 são aprovadas sem ressalvas pelo TCE

Em sessão extraordinária do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, realizada nesta quarta-feira (16), as contas anuais do Governo do Estado, em relação ao exercício de 2020, foram aprovadas sem ressalvas. O parecer pela aprovação, do relator Sebastião Tejota, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão. Com ele votaram os conselheiros Celmar Rech, Saulo Mesquita e Helder Valin.

De acordo com a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt, foi feito um diálogo durante todo o ano com o **TCE**, realizando uma gestão ética e transparente. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca.

O relatório do **TCE** comprova que o Estado cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

Os conselheiros Carla Santillo e Kennedy Trindade também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

O Estado aplicou 12,77% na Saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

Em relação às seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, Schmidt diz que são questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Ela acrescenta que as questões relativas ao Executivo serão resolvidas "para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

O Balanço Geral do Estado, elaborado em três eixos: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal, é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

Goiás cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e Órgãos ficou em 54,40%, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

Agora, com a decisão do **TCE**, o parecer, que é técnico, será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://noticiatodahora.com.br/2021/06/17/contas-do-governo-de-goias-de-2020-sao-aprovadas-sem-ressalvas-pelo-tce/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020

A Redação

Goiânia - O Balanço Geral do Estado de 2020, referente ao segundo ano do governo Ronaldo Caiado, foi aprovado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) na quarta-feira (16/6). O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro** **Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

Fonte da Materia

Site: https://portalnettoreis.com.br/2021/06/17/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020/

TCE-GO aprova contas de Caiado referentes a 2020

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) aprovou, nesta quarta-feira (16), com quatro votos, o relatório do **conselheiro Sebastião Tejota** pela aprovação das contas do governador Ronaldo Caiado (DEM) no exercício de 2020.

Confira a análise de Fabiana Pulcineli.

Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/papo-politico/papo-pol%C3%ADtico-1.213651/tce-go-aprova-contas-de-caiado-referentes-a-2020-1.2269352

Contas de Caiado referentes a 2020 é aprovada pelo TCE-GO

Redação

O Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado , foi aprovado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) nesta quarta-feira (16). A Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explicou que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço, e em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro** **Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o veto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**. Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governos, que devem ser estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional e 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%). "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa Cristiane Schmidt.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destacou que a aprovação das contas de 2020 foi resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, Schmidt afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativos e Judiciários e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O Estado de **Goiás** entregou, pela segunda vez, de forma eletrônica os documentos que compõem a prestação de contas.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Tags: balanço Caiado economia **TCE**

Site: https://diariodoestadogo.com.br/contas-de-caiado-referentes-a-2020-e-aprovada-pelo-tce-go-109686/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Hosana Alves

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/14387-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas

TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020 sem ressalvas

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem

compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://goias24horas.com.br/167511-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

Contas do governo de Goiás são aprovadas pelo TCE sem ressalvas

Por: Redação

Em sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador, exercício de 2020. O relator do processo é o **Conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin**, e **Celmar Rech**.

Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao Governo Estadual, aos Poderes e Órgãos Autônomos e, outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas. O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,oo, aí incluídos os R$ 1,8 bilhões de reais destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid 19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas, para cultura, assistência social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Os gastos com a publicidade oficial em 2020 representaram menos de dois por cento das demais despesas; maiores que as do ano anterior e inferiores a 2018 e 2017.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

Regra de Ouro

Com 1,42% das despesas de capitais o Estado de **Goiás** cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e Órgãos

ficou em 54,40%, cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

O saldo de Precatórios manteve no mesmo patamar do exercício anterior; o Superávit Primário cumpriu a lei o Resultado Nominal foi deficitário em R$ 1, 29 bilhões, contudo cumpriu o que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já o Déficit Previdenciário apurado foi de R$ 3,57 bilhões, contudo, após aporte financeiro do Estado e de cotas de outros Poderes o ano foi fechado com o Superávit de R$ 629 milhões.

Em razão das já mencionadas ações que suspenderam o pagamento da dívida a insuficiência de caixa ultrapassou os R$ 5, 73 bilhões. A renúncia de receita ficou em 8,69 bilhões, o que equivale a um aumento de 9% do que foi apurado em 2019. Os limites constitucionais de gastos com saúde e educação foram obedecidos e, mesmo diante da situação de calamidade pública os benefícios previstos na LRF em tal hipótese não foram utilizados. O parecer do Ministério Público de Contas foi pela aprovação das contas, com determinações e recomendações.

Dentre as determinações expedidas destaca-se aquela referente ao grande número de pagamentos feitos pelo Estado com indícios de quebra da ordem cronológica e, em meio às recomendações, a que trata de adequações a serem feitas a propósito do excesso de arrecadação e a que fala da necessidade de excluir da base de cálculo da Receita Corrente Líquida as receitas de serviços do Ipasgo, que não pertencem ao Estado. Para conhecer o Parecer Prévio na íntegra, com a totalidade dos valores analisados e a íntegra de todas as determinações clique aqui .

Site:
https://ohoje.com/noticia/politica/n/1318777/t/contas-do-governo-de-goias-sao-aprovadas-pelo-tce-sem-ressalvas/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020

A Redação

Goiânia - O Balanço Geral do Estado de 2020, referente ao segundo ano do governo Ronaldo Caiado, foi aprovado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) na quarta-feira (16/6). O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro** **Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/152368/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem

compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://diariotemporeal.com/81056-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

"Resultado mostra que estamos no rumo certo", diz Schmidt sobre contas aprovadas no TCE

Frederico Jotabê

Parecer pela aprovação das contas de 2020 do governo Caiado foi voto vencedor no **Tribunal de Contas do Estado**. Um dos destaques do relatório foi a aplicação, acima do limite constitucional, na saúde e educação

"Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", diz secretaria de Economia

"O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa". A declaração é da secretária de Economia, , que comemorou a aprovação das contas do governo pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), nesta quarta-feira (17). O parecer favorável, do relator Sebastião Tejota, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros Celmar Rech, Saulo Mesquita e Helder Valin.

Os conselheiros Carla Santillo e Kennedy Trindade também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

"Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", diz Schmidt. Para ela, a aprovação das contas sem ressalvas foi "importante" para o governo, que vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, "cumprindo as determinações legais com responsabilidade".

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente Edson Ferrari e pelo relator, Sebastião Tejota.

Recomendações

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

Avanços A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019". O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal,

completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Aprimoramento contábil

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/resultado-mostra-que-estamos-no-rumo-certo-diz-schmidt-sobre-contas-aprovadas-no-tce-335608/

Pleno do TCE aprova contas de 2020 do governador Ronaldo Caiado, mas com ressalvas

O **conselheiro** do Tribunal das Contas do Estado, **Sebastião Tejota**, apresentou voto favorável à aprovação das contas do governador Ronaldo Caiado, referentes ao ano de 2020, mas com a expedição de algumas determinações e 8 recomendações. Entre elas, adequar a metodologia de cálculo para a apuração do excesso de arrecadação, e em razão do apontamento sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL, excluir da base de cálculo as receitas de serviços do Ipasgo

Ouça mais na matéria de Pedro Paulo Couto.

Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/pleno-do-tce-aprova-contas-de-2020-do-governador-ronaldo-caiado-mas-com-ressalvas-1.2269302

TCE aprova contas do governador referentes ao exercício de 2020

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) aprovou na quarta-feira (16) as contas do governador Ronaldo Caiado (DEM) referentes ao exercício de 2020 . O relatório do **conselheiro Sebastião Tejota** foi aprovado com ressalvas apresentadas pelos conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo, que devem ser incluídas no parecer a ser finalizado. O texto ainda deve ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

Os conselheiros Helder Valim, **Celmar Rech** e **Saulo Mesquita** votaram favoráveis ao relatório apresentado por Tejota. O texto do relator apresenta aprovação das contas, mas faz determinações ao governo estadual .

Entre as determinações e recomendações está a conclusão junto ao Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** de estudos sobre valores utilizados através de recursos judiciais. Além de identificar quebra de "Ordem Cronológica de Pagamentos", com determinação para ajuste.

Celmar Rech aponta ainda que o governo deve buscar aprofundamento de ações que visam alcance do equilíbrio fiscal , com apresentação de receitas "de caráter excepcional e temporário, incapazes de se sustentar a médio e longo prazo".

Há também referência à suspensão do pagamento de dívidas , determinada por liminares do Supremo Tribunal Federal (STF), além de repasses federais maiores para combate à pandemia de Covid-19.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/tce-aprova-contas-do-governador-referentes-ao-exercicio-de-2020/

TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade (Foto: Arquivo/Secom-GO)

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de

créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Fonte:portal-**Goiás**

Site: http://www.claudemirbrito.com.br/noticia-16965-tce-aprova-contas-do-governo-em-2020-sem-ressalvas

TCE-GO aprova parecer pela aprovação sem ressalvas das Contas do Governador em 2020

Em sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador, exercício de 2020. O relator do processo é o **Conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin**, e **Celmar Rech**. Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao Governo Estadual, aos Poderes e Órgãos Autônomos e, outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas. O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,oo, aí incluídos os R$ 1,8 bilhões de reais destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid 19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas, para cultura, assistência social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Os gastos com a publicidade oficial em 2020 representaram menos de dois por cento das demais despesas; maiores que as do ano anterior e inferiores a 2018 e 2017.

Fonte: **TCE**

Site: http://www.jornalditoefeito.com.br/tce-go-aprova-parecer-pela-aprovacao-sem-ressalvas-das-contas-do-governador-em-2020/

TCE promove debate sobre transporte coletivo da região metropolitana

O **TCE**-GO realiza na terça-feira (22/jun) evento para debater soluções para o transporte coletivo da região metropolitana de **Goiânia** - um problema que acabou sendo agravado pela pandemia. Para isso, vai reunir diversos segmentos interessados: governo, universidades, controladores, especialistas e sociedade civil organizada.

As inscrições se encerram amanhã (sexta-feira). Por isso, peço a sua colaboração para a divulgação. Para que o maior número possível de pessoas fique sabendo da possiblidade de participar. O evento será on-line e gratuito https://bit.ly/3xkEp9v

Site: https://goias24horas.com.br/167556-tce-promove-debate-sobre-transporte-coletivo-da-regiao-metropolitana/

TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas.

Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o

cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Fonte: Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site: https://goiasemcena.com.br/tce-aprova-contas-do-governo-em-2020-sem-ressalvas/

Aprovadas sem ressalvas as contas do Governo de Ronaldo Caiado em 2020

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou o Balanço Geral do Estado de 2020 do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator Sebastião Tejota, foi o voto vencedor. Não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros Celmar Rech, Saulo Mesquita e Helder Valin.

Os conselheiros Carla Santillo e Kennedy Trindade também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Com informações da Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site: https://portalcontexto.com/aprovadas-sem-ressalvas-as-contas-do-governo-de-ronaldo-caiado-em-2020/

TCE realiza audiência sobre Transporte Coletivo na região metropolitana de Goiânia

Inscrições se encerram nesta sexta, 18

Na próxima terça-feira (22), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) realiza um evento para debater soluções para o transporte coletivo da região metropolitana de **Goiânia**.

O transporte público na capital é um problema recorrente e que foi agravado com a pandemia da Covid-19, devido as superlotações, principalmente nos horários de pico. Além disso, políticas de mobilidade urbana nos âmbitos municipal, estadual e nacional, o impacto da pandemia no transporte coletivo e as perspectivas para o futuro, também serão pauta do evento.

O encontro vai reunir membros e servidores do **TCE**-GO e TCM-GO, gestores e servidores públicos das áreas de infraestrutura e transporte, gestores de empresas de transporte público, técnicos, professores e alunos interessados no assunto e membros de associações e agremiações da sociedade civil organizada.

As inscrições para o evento, online e gratuito, se encerram nesta sexta-feira (18). Para se inscrever acesse: https://sophos.**tce**.go.gov.br/

Site: https://noticiatodahora.com.br/2021/06/17/tce-realiza-audiencia-sobre-transporte-coletivo-na-regiao-metropolitana-de-goiania/

TCE-GO aprova parecer pela aprovação sem ressalvas das Contas do Governador em 2020

Em sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador, exercício de 2020. O relator do processo é o **Conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin**, e **Celmar Rech**. Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao Governo Estadual, aos Poderes e Órgãos Autônomos e, outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas. O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,oo, aí incluídos os R$ 1,8 bilhões de reais destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid 19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas, para cultura, assistência social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Os gastos com a publicidade oficial em 2020 representaram menos de dois por cento das demais despesas; maiores que as do ano anterior e inferiores a 2018 e 2017.

Regra de Ouro

Com 1,42% das despesas de capitais o Estado de Goiás cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e Órgãos ficou em 54,40%, cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

O saldo de Precatórios manteve no mesmo patamar do exercício anterior; o Superávit Primário cumpriu a lei o Resultado Nominal foi deficitário em R$ 1, 29 bilhões, contudo cumpriu o que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já o Déficit Previdenciário apurado foi de R$ 3,57 bilhões, contudo, após aporte financeiro do Estado e de cotas de outros Poderes o ano foi fechado com o Superávit de R$ 629 milhões.

Em razão das já mencionadas ações que suspenderam o pagamento da dívida a insuficiência de caixa ultrapassou os R$ 5, 73 bilhões. A renúncia de receita ficou em 8,69 bilhões, o que equivale a um aumento de 9% do que foi apurado em 2019. Os limites constitucionais de gastos com saúde e educação foram obedecidos e, mesmo diante da situação de calamidade pública os benefícios previstos na LRF em tal hipótese não foram utilizados. O parecer do Ministério Público de Contas foi pela aprovação das contas, com determinações e recomendações.

Dentre as determinações expedidas destaca-se aquela referente ao grande número de pagamentos feitos pelo Estado com indícios de quebra da ordem cronológica e, em meio às recomendações, a que trata de adequações a serem feitas a propósito do excesso de arrecadação e a que fala da necessidade de excluir da base de cálculo da Receita Corrente Líquida as receitas de serviços do Ipasgo, que não pertencem ao Estado. Para conhecer o Parecer Prévio na íntegra, com a totalidade dos valores analisados e a íntegra de todas as determinações clique aqui .

Site: https://oanapolis.com.br/2021/06/17/tce-go-aprova-parecer-pela-aprovacao-sem-ressalvas-das-contas-do-governador-em-2020/

TCE aprova contas do governo em 2020, sem ressalvas

PLANTÃO MORRINHOS

Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo

com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Fonte: Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site: https://plantaomorrinhos.com.br/tce-aprova-contas-do-governo-em-2020-sem-ressalvas/

TCE aprova contas do Estado de Goiás referentes ao ano de 2020

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, nesta quarta-feira, 16, o Balanço Geral do Estado de **Goiás** do ano de 2020. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária de Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia. Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", ponderou.

No que diz respeito às seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais", que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. "As questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço", frisa.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** aponta que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado, "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição estadual. .

Site: http://www.podergoias.com.br/materia/5346/tce-aprova-contas-do-estado-de-goias-referentes-ao-ano-de-2020

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Goiânia (GO) - Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**. "A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua. Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**. Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%). A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**. O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende. No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço". A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas. A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019". O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal. O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Fontes: Secretaria de Estado da **Economia** do **Governo de Goiás** / www.poptvnews.com.br

Site: http://www.poptvnews.com.br/estado/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Por Redação Imparcial

Parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi voto vencedor no **Tribunal de Contas do Estado**. "Resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua

Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

Veja também

Assembleia Legislativa aprova adesão de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse

tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

Veja também

Detran-GO amplia para 9 mil número de veículos leiloados

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Mais notícias dessa região acesse Imparcial **Goiás**

Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site:
https://www.portalimparcial.com.br/noticias/goias/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Josiel Ferreira

Parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi voto vencedor no **Tribunal de Contas do Estado**. "Resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua

Titular da **Economia**, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado**. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

Site: https://www.tudooknoticias.com.br/noticias/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

Contas do estado de Goiás, de 2020, são aprovadas pelo TCE

Thyago Humberto

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, nesta quarta-feira (16), o Balanço Geral do Estado de **Goiás** do ano de 2020. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária de Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia. Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", ponderou.

No que diz respeito às seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais", que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. "As questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço", frisa.

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** aponta que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado, "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://altairtavares.com.br/contas-do-estado-de-goias-de-2020-sao-aprovadas-pelo-tce/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Por DF Mobillidade

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado . O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo

com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://www.dfmobilidade.com.br/brasil/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020, sem resalvas

Publicado por: Badiinho Filho/Com informações da Secretaria de Estado da Economia - Governo de Goiás

Parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi voto vencedor no **Tribunal de Contas do Estado**. "Resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou ontem, quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado** . O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do

governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Publicado por: Badiinho Filho/Com informações da Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

De família humilde, Abadio Moisés Filho, o "Badiinho", é natural de Catalão, filho de uma auxiliar de enfermagem e de um pedreiro, pai do Antônio Manoel e irmão de outros três homens e uma mulher.

Saiba mais...

2021 © Blog do Badiinho- Todos os direitos de uso do conteúdo desse site são reservados.

Desenvolvido por MundoW3

Site: https://www.badiinho.com.br/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-resalvas/

TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Publicado por: Badiinho Filho/Com informações da Secretaria de Estado da Economia - Governo de Goiás

Parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi voto vencedor no **Tribunal de Contas do Estado**. "Resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou ontem, quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo **Ronaldo Caiado** . O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da **Economia** do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da **Economia**.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da **Economia**. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da **Economia** e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da **Economia** afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do

governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Publicado por: Badiinho Filho/Com informações da Secretaria de Estado da **Economia** - **Governo de Goiás**

De família humilde, Abadio Moisés Filho, o "Badiinho", é natural de Catalão, filho de uma auxiliar de enfermagem e de um pedreiro, pai do Antônio Manoel e irmão de outros três homens e uma mulher.

Saiba mais...

2021 © Blog do Badiinho- Todos os direitos de uso do conteúdo desse site são reservados.

Desenvolvido por MundoW3

Site: https://www.badiinho.com.br/tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/